

Linhares Geração S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Linhares Geração S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhares Geração S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

LINHARES GERAÇÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	59.345	154.738	Fornecedores	14	12.837	50.342
Clientes	6	59.710	73.328	Debêntures	15	44.351	44.619
Tributos a Recuperar	7	4.114	11.586	Empréstimos	16	12.446	6.638
Estoques	8	18.302	19.483	Obrigações Setoriais		3.822	3.411
Serviços em Curso	9	514	1.237	Tributos a Recolher		11.219	1.690
Despesas Antecipadas	10	47.885	3.719	Contingências	24	-	5.263
Instrumento Financeiro Derivativo	11	-	148.300	Outros Passivos		10.504	8.360
Outros Créditos		1.090	2.289			95.179	120.323
		190.960	414.680				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Tributos a Recuperar	7	-	133	Debêntures	15	206.553	295.823
Despesas Antecipadas	10	45.484	320	Empréstimos	16	19.650	30.028
Instrumento Financeiro Derivativo	11	-	246.204	Imposto de Renda e Contribuição Soc. Diferidos	17	74.948	201.041
Imobilizado	12	451.221	472.479	Obrigações Vinculadas à Concessão		1.676	1.763
Intangível	13	23.858	18.571	Contingências	24	6.234	6.860
		520.563	737.707	Outros Passivos		177	283
						309.238	535.798
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18		
				Capital Social		70.558	70.558
				Reserva de Capital		10.600	10.600
				Outros Resultados Abrangentes		-	272.598
				Reservas de Lucro		148.465	102.748
				Dividendos Adicionais Propostos		77.483	39.762
						307.106	496.266
		<u>711.523</u>	<u>1.152.387</u>			<u>711.523</u>	<u>1.152.387</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

LINHARES GERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	19	612.052	493.146
Custos dos Serviços Prestados	20	(282.253)	(310.258)
Resultado bruto		<u>329.799</u>	<u>182.888</u>
Despesas Gerais e Administrativas	21	(10.174)	(57.943)
Outras Receitas		4.899	2.283
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>324.524</u>	<u>127.228</u>
Receita Financeira		11.301	17.098
Despesa Financeira		(44.317)	(31.734)
Resultado Financeiro	22	<u>(33.016)</u>	<u>(14.636)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>291.508</u>	<u>112.592</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	17	(40.725)	(16.388)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	17	(14.468)	(11.189)
Lucro líquido do exercício		<u>236.315</u>	<u>85.015</u>
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R\$		20,71	7,45

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

LINHARES GERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>236.315</u>	<u>85.015</u>
Outros resultados abrangentes			
Itens reclassificados ao resultado			
Varição de valor justo de Hedge		(384.863)	482.821
Reclassificação de Hedges para o resultado		<u>(28.164)</u>	<u>(169.177)</u>
		(413.027)	313.644
(-) Impostos diferidos sobre a variação do Hedge		<u>140.429</u>	<u>(106.639)</u>
Total de outros resultados abrangentes	18.g	(272.598)	207.005
Resultado abrangente total		<u><u>(36.283)</u></u>	<u><u>292.020</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

LINHARES GERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
				Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		70.558	10.600	14.978	73.588	47.479	-	65.593	282.796
Pagamento de Dividendos Adicionais		-	-	-	-	(47.479)	-	-	(47.479)
Pagamento de Dividendos Intercalares		-	-	-	-	-	(13.363)	-	(13.363)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	85.015	-	85.015
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	207.005	207.005
Destinação do Lucro									
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais		-	-	-	14.182	-	(14.182)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	(17.708)	-	(17.708)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	39.762	(39.762)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	18	<u>70.558</u>	<u>10.600</u>	<u>14.978</u>	<u>87.770</u>	<u>39.762</u>	<u>-</u>	<u>272.598</u>	<u>496.266</u>
Pagamento de Dividendos Adicionais		-	-	-	-	(39.762)	-	-	(39.762)
Pagamento de Dividendos Intercalares		-	-	-	-	-	(65.468)	-	(65.468)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	236.315	-	236.315
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	(272.598)	(272.598)
Destinação do Lucro									
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais		-	-	-	45.717	-	(45.713)	-	4
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	(47.651)	-	(47.651)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	77.483	(77.483)	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	18	<u>70.558</u>	<u>10.600</u>	<u>14.978</u>	<u>133.487</u>	<u>77.483</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307.106</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

LINHARES GERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		236.315	85.015
Ajuste por:			
Depreciação do imobilizado	20 e 21	22.675	17.355
Amortização do intangível	20 e 21	683	14
Amortização compensação financeira	10.a	15.142	-
Baixa dos ativos imobilizado e intangível	12 e 13	3.397	293
IR e CS Diferidos	17	14.468	11.189
Despesa de juros de debêntures	15	19.303	15.070
Atualização monetária de debêntures	15	13.166	6.718
Atualização monetária de empréstimo	16	4.434	4.822
Juros sobre arrendamento mercantil		31	8
Marcação a mercado - Resultado não realizado	16	1.622	1.734
Provisão de contingências	24	-	5.650
		<u>331.236</u>	<u>147.868</u>
(+/-) Variações nos Ativos e Passivos:			
Clientes	6	13.618	56.301
Estoques	8	1.181	4.031
Tributos a recuperar	7	7.605	1.558
Despesas antecipadas	10	(104.472)	(1.923)
Outros créditos		1.922	(1.619)
Fornecedores	14	(37.505)	(10.653)
Tributos e contribuições sociais a recolher		42.336	3.816
IRPJ e CSLL pagos		(32.807)	(16.634)
Outros passivos		(2.820)	3.333
Juros pagos de debêntures	15	(20.137)	(7.043)
Juros pagos de empréstimo	16	(4.626)	(6.659)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades Operacionais		<u>195.531</u>	<u>172.376</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado	12	(4.898)	(90.561)
Aquisições de ativo intangível	13	(6.605)	(8.796)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Investimentos		<u>(11.503)</u>	<u>(99.357)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos mínimos obrigatórios	18.d	(47.651)	(17.708)
Dividendos intercalares	18.f	(65.468)	(13.363)
Dividendos adicionais propostos	18.e	(39.762)	(47.479)
Captação de debêntures	15	-	250.000
Juros de empréstimo capitalizados	16	-	4.656
Juros de debêntures capitalizados	15	-	1.034
Amortização de debêntures	15	(101.870)	(40.037)
Amortização de empréstimo	16	(6.000)	(156.092)
Pagamento/recebimento de instrumentos financeiros derivativos	11	(18.524)	18.499
Pagamento de arrendamento mercantil		(146)	(74)
Redução de capital	18	-	(10.000)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos		<u>(279.421)</u>	<u>(10.564)</u>
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(95.393)</u>	<u>62.455</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		154.738	92.283
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		59.345	154.738

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

LINHARES GERAÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhares Geração S.A. (“Companhia” ou “LGSA”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Linhares, estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A. que, por sua vez, tem como controlador o BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

A Companhia foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade da Usina Termelétrica Luiz Oscar Rodrigues de Melo (UTE LORM), no município de Linhares, que compreende a manutenção e operação da usina termelétrica movida a gás natural liquefeito, inicialmente com a capacidade instalada de 204 MW. A Companhia obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010 e o fornecimento de energia elétrica, para o Sistema Interligado Nacional (SIN), iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Companhia possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), por disponibilidade, firmados com 30 distribuidoras de energia para o período de 2011 a 31 de dezembro de 2025 referente à planta principal.

Em outubro de 2021, a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão para Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 01/2021, promovido pela ANEEL, firmando Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 445/21 com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para o fornecimento de energia e vigência entre 1º de maio de 2022 até 10 de janeiro de 2026, com receita anual reajustada no mês de novembro de cada ano, pelo IPCA acumulado e LTM de outubro. Sendo que, para atendimento a esse contrato, a Companhia ampliou a termelétrica com a aquisição de mais 4 motores a gás natural liquefeito, totalizando uma potência vendida de 34,5 MW. O Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciou as operações em 20 de julho de 2022 e tem como tomador da energia o Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada total ao final da construção da ampliação passou de 204 MW para 240 MW, com o crescimento de 18% na potência instalada.

O gás natural liquefeito utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). O consumo é estimado em 200.000m³/dia.

Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia Elétrica de Reserva (CER) nº 445/21, refletiu nas disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Linhares Geração S/A, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS).

A mudança contratual teve como principal mecanismo a redução dos custos do Contrato de Energia de Reserva (CER) e, conseqüentemente, o beneficiamento do consumidor final.

Com o aditivo do contrato de Energia Elétrica de Reserva (CER) nº 445/21, houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 200.000M³ de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 105.992, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 10.

Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, pois com a modalidade inflexível o consumo de gás natural era de 200.000 M³/diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois o objetivo é preservar o gás natural que é limitado na natureza.

Companhia sagrou-se vencedora do Leilão para o Contrato de Potência de Reserva de Capacidade nº 5/21 (CRCAP). O contrato foi assinado em maio de 2022, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que se destina ao atendimento à necessidade de potência requerida pelo Sistema Integrado Nacional (SIN), com o objetivo de garantir a continuidade do fornecimento de energia, com vigência de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2041. A com receita fixa será reajustada anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro, respeitando o prazo mínimo de doze meses contados a partir do primeiro dia do mês de julho de 2021. O Contrato CRCAP será atendido pelos 24 motores, na potência total de 204 MW.

Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que será encerrado em dezembro de 2043.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009, II Termo Aditivo do Acordo e III Termos Aditivo do Acordo. No âmbito federal, a companhia é titular de empreendimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao qual suas atividades pertencem aos setores de economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de modernização, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a) Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de "impairment".

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalente de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou nenhuma perda (“impairment”) a ser reconhecida no resultado do exercício.

Passivos Financeiros

i) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantinha instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que as operações eram mantidas e atualizadas pelo IPCA e, até setembro de 2023, em Hedge para assegurar o valor do gás natural liquefeito (insumo da operação), atualizados pelo ticker do JKM (Japan, Korea, Marker).

As operações em Hedge, para assegurar o valor do gás natural, foram descontinuadas, quando da assinatura do Termo Aditivo do Contrato de Energia de Reserva – CER nº 445/21, que transformou a operação contratual de inflexível para flexível. A alteração na modalidade do Contrato de Energia de Reserva exigiu a renegociação no contrato de compra de gás com a Petrobras, passando o consumo obrigatório de 200.000M3 de gás diário para demandas por disponibilidade.

Com o rearranjo do contrato com a Petrobras, os instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodity, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos das variações de preço da commodity, respectivamente, foram descontinuados, pois deixou de existir a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de Hedge.

Em setembro de 2023, as operações de Hedge foram liquidadas e registradas, bem como realizada para o resultado do exercício a parcela de ganho com as operações supracitadas que estavam classificadas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

3.3 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5 Imobilizado

Compreende o custo de construção da usina termelétrica: o terreno, as máquinas e equipamentos, os custos financeiros e custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

Para o contrato de arrendamento tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6 Intangível

Compreende os gastos incorridos com indenizações pagas pela Companhia pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano e o ativo regulatório que registra a prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL 1.874/2022, referente a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de impairment.

3.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11 Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

3.12 Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representam seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*).

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê a Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração.

3.14 Arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo líquido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.15 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos membros do Conselho de Administração em reunião.

3.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) e no CER (Contrato de Energia de Reserva), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

3.18 Novas Normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes aos contextos operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro	01/01/2023
IAS 1 / CPC 26 e IFRS Practice Statements 2 – Making Material Judgements.	Divulgação das Políticas Contábeis	01/01/2023
IAS 8 / CPC 23	Definição das Estimativas Contábeis	01/01/2023
IAS 12 / CPC 32	Alteração na contabilização do imposto diferido em transações de arrendamento e obrigações de desativação	01/01/2023

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2024

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/2024
CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e, até o momento, não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

i) Risco de crédito

A Companhia sagrou-se vencedora do 6º leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), firmando Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e do Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) de nº 01/2021 – ANEEL, firmando o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 445/21 diretamente com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, em se tratando de ambiente regulado, existem previsões no CCEAR e CER que incluem penalidades severas com multas, juros e correção monetária, bem como as implicações negativas do setor para os clientes, no caso dos CCEAR, e a CCEE, no caso do CER, que descumprirem as obrigações com a Companhia. A Companhia não possui histórico de inadimplência dos seus clientes.

ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debêntures e empréstimos considerando os juros contratuais estão demonstrados a seguir:

	<u>Vencimentos</u>	<u>Valor</u>
Debêntures	2024	44.351
	2025	206.553
Empréstimos	2024	12.446
	2025	19.650

iii) Risco de taxas de juros

A Companhia não está exposta a risco de que uma variação de taxa de juros gere um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Debêntures – Sujeitas à variação do IPCA; Empréstimos – Sujeitos à variação do CDI, com a contratação de instrumento financeiro (SWAP) para conversão da taxa para IPCA.

Receitas Fixas dos contratos de comercialização no ambiente regulatório CCEAR e o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) são indexados pelo IPCA.

iv) Valorização dos instrumentos de ativos e passivos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos de ativo e passivos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, debêntures e empréstimos.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

Caixa e equivalente de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Despesas Antecipadas

A despesa antecipada refere-se ao direito de recebimento da Companhia, uma vez que é um direito que possui potencial para produzir benefícios econômicos através do recebimento em caixa resultante de evento passado que é o contrato firmado. O surgimento se dá pela entidade executar transferindo bens ou serviços para um cliente antes que a consideração seja paga ou antes do vencimento do pagamento.

Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram mensurados pelo valor justo através do resultado e pelos outros resultados abrangentes.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia de continuar a oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Montante Total de Dívida (Passivo Circulante acrescido de Passivo Não Circulante)	<u>404.417</u>	<u>656.121</u>
Total do Patrimônio Líquido	307.106	496.266
Índice de Alavancagem Financeira	<u>1,32</u>	<u>1,32</u>

4.3 Ativos e passivos por categoria

	<u>31/12/2023</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalente de caixa	59.345	59.345
Clientes	59.710	59.710
Despesas Antecipadas	93.369	93.369
	<u>212.424</u>	<u>212.424</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Fornecedores	12.837	12.837
Debêntures	250.904	250.904
Empréstimos	32.096	32.096
	<u>295.837</u>	<u>295.837</u>
	<u>31/12/2022</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Ativos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalente de caixa	154.738	154.738
Clientes	73.328	73.328
	<u>228.066</u>	<u>228.066</u>
<u>Passivos Financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Fornecedores	50.342	50.342
Debêntures	340.442	340.442
Empréstimos	36.666	36.666
	<u>427.450</u>	<u>427.450</u>

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalente, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizados as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3 nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual), segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2023

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	59.279	5.348	7.131	8.914
IPCA	Debêntures	250.904	8.694	11.592	14.490
IPCA	Empréstimos	32.096	1.112	1.483	1.854

2022

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	154.593	16.281	19.154	23.942
IPCA	Debêntures	340.441	16.725	19.677	24.598
IPCA	Empréstimos	36.666	1.801	2.119	2.649

5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	5	6
Banco	61	139
Aplicação Financeira - Corp Plus DI	-	5.406
Aplicação Financeira - CDB*	50.208	149.187
Aplicação Financeira - ABC – Compromissada	9.071	-
	<u>59.345</u>	<u>154.738</u>

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor, em caso de resgate antecipado.

6 CLIENTES

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2023 e de 2022, contabilizada com base no regime de competência.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidade	15.897	12.851
Receita de MCP e CCI (a)	1.947	27
Fornecimento Energia de Reserva - contrato PCS (b)	41.866	60.450
	<u>59.710</u>	<u>73.328</u>

(a) Receitas de venda no Mercado de Curto Prazo e Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura.

(b) Redução da receita do Contrato de Energia de Reserva (CER) decorrente da mudança na modalidade estabelecida no Termo Aditivo assinado em 26 de setembro de 2023, passou de inflexível para flexível (disponibilidade).

A Companhia não possui perda esperada, pois todo o saldo é liquidado em até 45 dias.

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda retido	2.239	2.291
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (i)	1.687	4.149
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (ii)	-	4.738
Outros	188	541
	<u>4.114</u>	<u>11.719</u>
Circulante	4.114	11.586
Não Circulante	-	133

(i) Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Companhia manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 12 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

(ii) Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima

A Companhia controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

8 ESTOQUES

Correspondem a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Companhia no valor de R\$ 18.302 (R\$ 19.483, em 31 de dezembro de 2022).

9 SERVIÇOS EM CURSO

Nos termos da Lei 14.120/2021, a Companhia está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) do setor elétrico, dos quais 28% devem ser direcionados a projetos de PDI, segundo os regulamentos da ANEEL.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Projeto de Gestão 2021-2023	-	118
Projeto Cratos	-	1.119
Projeto de Conversão Gás Natural	373	-
Projeto de Hidrogênio na Cadeia do Etanol	136	-
Projeto de Gestão 2023 - 2028 - PDI	5	-
	<u>514</u>	<u>1.237</u>

10 DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compensação financeira (a)	90.850	-
Comissão Debêntures	177	438
Seguros	1.715	1.723
Fiança Locatícia	6	6
Fiança Contrato Petrobras	621	1.872
	<u>93.369</u>	<u>4.039</u>
Circulante	47.885	3.719
Não circulante	45.484	320

- (a) Com a celebração do Termo de Autocomposição entre a Companhia, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Tribunal de Contas da União – TCU, no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, a Companhia firmou distrato de fornecimento de gás natural liquefeito, na modalidade inflexível, com a Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A), gerando uma compensação financeira, a qual foi analisada e negociada no Aditivo do Contrato de Energia de Reserva – CER nº 445/21, que possui a vigência até 10/01/2026, dessa forma, a Companhia receberá, através da receita fixa, o custo da compensação financeira e será amortizada ao resultado em 28 meses. De acordo com o IFRS 9, o direito de recebimento atende a definição de ativo, uma vez que é um direito que possui potencial para produzir benefícios econômicos através do recebimento em caixa. O recebimento é um direito de consideração incondicional, ou seja, somente a disponibilidade é necessária antes que o pagamento dessa consideração seja devido.

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Apropriação</u>	<u>31/12/2023</u>
Compensação Financeira (a)	-	105.992	(15.142)	90.850
	<u>-</u>	<u>105.992</u>	<u>(15.142)</u>	<u>90.850</u>

11 INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Até 26 de setembro de 2023, a Companhia estava exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de gás natural liquefeito, gerenciados com instrumentos derivativos.

Em setembro de 2023, o contrato de fornecimento de energia passou da modalidade de inflexível para flexível (disponibilidade), deixando de ter a obrigação do consumo diário do gás e, conseqüentemente, a exposição de risco para a satisfação do desempenho do contrato.

11.1 Derivativos Designados Como Instrumentos De Hedge

a) Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possuía um contrato inflexível de compra de Gás Natural liquefeito, cujo preço era denominado em JKM. A administração objetivando travar as flutuações do preço do JKM firmou contratos a termo de JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM estavam de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

É importante ressaltar que a Companhia adotava um intervalo de cobertura que visava absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa.

Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondiam os termos do contrato de compra de Gás Natural liquefeito (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM seriam idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 26 de setembro de 2023, devido a alteração da modalidade do contrato CER 445/21, que transformou a operação de geração de energia de inflexível para flexível, levou o encerramento dos 28 contratos restantes de forward de JKM.

b) Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R\$, fizeram uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$.

Da mesma forma, como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, existiu uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge. Uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities (NDFs) correspondiam aos termos do contrato de compra de Gás Natural Liquefeito. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usou o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.

Em 26 de setembro de 2023, a Companhia desfez os 28 contratos restantes de forward de SWAP.

c) Operações liquidadas (desfazimento)

Para as operações em aberto e, com a nova modalidade de geração de energia estabelecida no aditivo do contrato CER 445/21, a Companhia obteve a renegociação do contrato de fornecimento de gás natural liquefeito na modalidade Inflexível e, para garantir as obrigações do acordo, celebrou um novo contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, na modalidade flexível, o qual se tratava do motivo principal para a celebração dos contratos de hedge de JKM e Swap. O rearranjo do contrato com a Petrobras, vinculado ao aditivo do contrato do CER 445/21, fizeram com que a Companhia desfizesse toda a operação instrumento financeiro de Hedge em setembro de 2023.

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia foram contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo.

Valor justo

	Classificação do hedge (a)	Hedge ativo	
		31/12/2023	31/12/2022
JKM	FV	-	539.527
Moeda estrangeira	CF	-	(126.499)
		-	413.028
Adiantamento de Hedge (NDF) (b)		-	(18.524)
		-	394.504
Circulante		-	148.300
Não Circulante		-	246.204

(a) CF: Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa | FV: Fair Value Hedge - Hedge de valor justo

(b) NDF de JKM do mês 01/2023 recebidas antecipadamente no mês 12/2022.

Saldo dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2022	394.504
Variação do valor justo do hedge	(385.665)
Pagamentos/Recebimentos	801
Compensação do adiantamento de hedge	18.524
Ganho reconhecido no resultado	(28.164)
Saldo dos instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2023	-

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e Equipos (a)</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
<u>Custo (Em milhares de Reais)</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	400	85.386	341.653	930	1.043	-	103.638	533.050
Adição	-	-	7	-	-	460	90.094	90.561
Baixa	-	(3)	(19)	(155)	-	-	(138)	(315)
Transferência	-	17.737	164.985	294	358	-	(183.374)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	400	103.120	506.626	1.069	1.401	460	10.220	623.296
Adição	-	9	-	-	-	3	4.887	4.899
Baixa	-	(46)	(52)	(6)	-	-	(3.311)	(3.415)
Transferência	-	845	(397)	374	-	-	(822)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	400	103.928	506.177	1.437	1.401	463	10.974	624.780
<u>Depreciação Acumulada (Em milhares de Reais)</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(28.326)	(103.569)	(576)	(1.013)	-	-	(133.484)
Adição	-	(2.422)	(14.688)	(82)	(71)	(92)	-	(17.355)
Baixa	-	-	-	22	-	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(30.748)	(118.257)	(636)	(1.084)	(92)	-	(150.817)
Adição	-	(4.126)	(18.355)	(110)	(78)	(93)	-	(22.762)
Baixa	-	-	15	5	-	-	-	20
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(34.874)	(136.597)	(741)	(1.162)	(185)	-	(173.559)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	400	72.372	388.369	433	317	368	10.220	472.479
Saldo em 31 de dezembro de 2023	400	69.054	369.580	696	239	278	10.974	451.221

- (a) Em Máquinas e Equipamentos, a Companhia possui itens de Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), no valor original de R\$ 2.113, cuja depreciação anual é no valor de R\$ 85, correspondente a 4% a.a, considerando o prazo de autorização de 35 anos. A depreciação desses itens é registrada contra o grupo de Passivo Não Circulante (Obrigação Vinculada à Concessão).

13 INTANGÍVEL

No intangível estão registrados: servidões, software e licença de uso para as máquinas e equipamentos de informática que são amortizados a 20% ao ano e, o ativo regulatório amortizado a 4,48% ao ano.

	<u>Servidão</u>	<u>Software</u>	<u>Em Curso</u>	<u>Outros (a)</u>	<u>Total</u>
<u>Custo (Em milhares de Reais)</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.776</u>	<u>1.072</u>	<u>6.974</u>	<u>-</u>	<u>10.822</u>
Adição	-	-	427	8.368	8.795
Transferência	-	52	(52)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.776</u>	<u>1.124</u>	<u>7.349</u>	<u>8.368</u>	<u>19.617</u>
Adição	-	-	6.605	-	6.605
Baixa	-	(2)	-	-	(2)
Transferência	-	32	(6.603)	6.571	-
Provisão de Contingência	-	-	(635)	-	(635)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.776</u>	<u>1.154</u>	<u>6.716</u>	<u>14.939</u>	<u>25.585</u>
<u>Amortização Acumulada (Em milhares de Reais)</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>(1.032)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.032)</u>
Adição	-	(14)	-	-	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(1.046)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.046)</u>
Adição	-	(17)	-	(664)	(681)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>(1.063)</u>	<u>-</u>	<u>(664)</u>	<u>(1.727)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.776	78	7.349	8.368	18.571
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.776	91	6.716	14.275	23.858

- (a) Registrado em Outros, o ativo regulatório referente a prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL 1.874/2022, referente a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS), amortizado pelo tempo residual de autorização.

14 FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Energia	1.089	1.158
Manutenção	611	3.220
Gás Canalizado (a)	7.665	41.746
Outros	<u>3.472</u>	<u>4.218</u>
	<u>12.837</u>	<u>50.342</u>

(a) Redução de consumo do gás natural liquefeito decorrente da mudança na modalidade do contrato estabelecida no Termo Aditivo, assinado em 26 de setembro de 2023, passando de inflexível para flexível (disponibilidade).

15 DEBÊNTURES

Em novembro de 2012 e março de 2022, a Companhia fez a emissão de debêntures não conversíveis em ações e sem repactuação programada, no montante de R\$ 252.200, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

2023	Banco	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal histórico	Valor Principal	Valor Juros	Saldo atualizado
1ª série	Itaú	16.02.2024	511	100	51.100	10.623	24	10.647
2ª série	Itaú	16.05.2024	522	100	52.200	10.485	23	10.508
3ª série	Itaú	16.08.2024	538	100	53.800	10.080	22	10.103
4ª série	Itaú	16.11.2024	629	100	62.900	10.136	22	10.158
5ª série	BTG Pactual (i)	15.05.2025	250.000	1	250.000	206.553	2.935	209.488
			<u>252.200</u>		<u>470.000</u>	<u>247.878</u>	<u>3.027</u>	<u>250.904</u>

2022	Banco	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal histórico	Valor Principal	Valor Juros	Saldo atualizado
1ª série	Itaú	16.02.2024	511	100	51.100	20.308	56	20.364
2ª série	Itaú	16.05.2024	522	100	52.200	20.233	56	20.289
3ª série	Itaú	16.08.2024	538	100	53.800	19.836	56	19.891
4ª série	Itaú	16.11.2024	629	100	62.900	19.879	55	19.934
5ª série	BTG Pactual (i)	15.05.2025	250.000	1	250.000	257.154	2.810	259.964
			<u>252.200</u>		<u>470.000</u>	<u>337.410</u>	<u>3.033</u>	<u>340.442</u>

(i) O vencimento das Debêntures ocorrerá em maio de 2025 e a liquidação dos juros registrados ocorrerá no curto prazo.

a) Movimentação das debêntures no exercício

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	340.442	114.700
Adição	-	250.000
Atualização Monetária	13.166	6.718
Juros	19.303	15.070
Juros Capitalizados	-	1.034
<u>(-) Dedução</u>		
Amortização do Principal	(101.870)	(40.037)
Juros	(20.137)	(7.043)
	<u>250.904</u>	<u>340.442</u>
Circulante	44.351	44.619
Não circulante	206.553	295.823

b) Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Companhia por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Companhia, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar : (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR celebrados pela Companhia e (b) todos os direitos, presentes e futuros, devidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Companhia e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas às debêntures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), de no mínimo 1,2, foi atendido em 31 de dezembro de 2023.

Distribuição aos acionistas

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados pelos detentores das debêntures, caso a Companhia esteja com inadimplência nas obrigações pecuniárias, descritas na escritura.

16 EMPRÉSTIMOS

Em outubro de 2020, a Companhia emitiu a cédula de crédito bancário no valor de R\$ 40.000, atualizados pelo CDI mais remuneração de 2,70% a.a. Por outro lado, foi efetuado um SWAP atualizado pelo IPCA mais remuneração de 4,90% a.a.

	Moeda		
Taxa anual de juros a.a.	Nacional	31/12/2023	31/12/2022
CDI + 2,70% a.a.	40.000	<u>32.096</u>	<u>36.666</u>
Passivo Circulante		12.446	6.638
Não Circulante		<u>19.650</u>	<u>30.028</u>
		<u>32.096</u>	<u>36.666</u>

O montante registrado como principal e juros tem a seguinte composição:

Empréstimo	31/12/2022	Marcação a Mercado da dívida	Amortização			31/12/2023
			Adição Juros	Principal	Juros	
Banco Itaú	32.638	-	4.434	(6.000)	(4.626)	26.446
Marcação a Mercado - MTM	4.028	1.622	-	-	-	5.650
	<u>36.666</u>	<u>1.622</u>	<u>4.434</u>	<u>(6.000)</u>	<u>(4.626)</u>	<u>32.096</u>

Garantias

- Alienação Fiduciária de Imóveis.
- Alienação Fiduciária de Ações.
- Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos.
- Cessão Fiduciária de Direitos creditórios.

Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,2.
- O caixa deverá ser de no mínimo R\$ 16.000 (dezesesseis milhões de reais) da data de emissão até 30/12/2024 e a partir de 31/12/2024 até a liquidação do saldo devedor, o caixa deverá ser o equivalente a no mínimo R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais).

A Companhia atendeu as garantias e “covenants” financeiros mencionadas no contrato de empréstimo.

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depreciação do ativo imobilizado	73.042	60.611
Hedge	-	140.430
Outros IR/CS Diferidos	1.906	-
	<u>74.948</u>	<u>201.041</u>

b) Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social corrente diferido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	291.508	112.592
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	99.113	38.281
Bônus e gratificações	1.629	1.042
Outros	<u>166</u>	<u>2.436</u>
Imposto de renda e Contribuição social	86.438	30.570
Lucro de exploração (*)	<u>(45.713)</u>	<u>(14.182)</u>
Imposto de renda e Contribuição social - Corrente	40.725	16.388
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	<u>14.468</u>	<u>11.189</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>55.193</u></u>	<u><u>27.577</u></u>
Alíquota Efetiva	19%	24%

(*) Benefício de redução de 75% de alíquota do imposto de renda e adicionais não restituíveis, conforme laudo constituído nº 0065/2018 da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), com período de fruição 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta o Capital Social de R\$ 70.558, composto pela divisão de 11.411.632 ações ordinárias nominativas, integralmente controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S.A.

Através da AGE de 11/03/2021 o capital Social de R\$ 110.558 foi reduzido em R\$ 40.000, dos quais R\$ 30.000 liquidados no exercício de 2021 e R\$ 10.000 liquidados em 2022.

a) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pela Escritura de Debêntures, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios, deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures, bem como se a Companhia estiver inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na escritura.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>236.315</u>	<u>85.015</u>
Reservas de Incentivos Fiscais	<u>45.713</u>	<u>14.182</u>
Base de Cálculo dos Dividendos	190.602	70.833
Dividendos Intercalares	(65.468)	(13.363)
Dividendos mínimos obrigatórios	(47.651)	(17.708)
Dividendos Adicionais Propostos	<u><u>77.483</u></u>	<u><u>39.762</u></u>

b) Reserva de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia já registrava a totalidade de 20% do Capital Social em Reserva Legal.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o valor total dos dividendos de R\$113.119, valor superior ao dividendo mínimo obrigatório de R\$47.651 (R\$17.708, em 31 de dezembro de 2022), pois houve a deliberação, no exercício, de dividendos intercalares.

e) Dividendos Adicionais Propostos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou o total de R\$77.483 (R\$39.762, em 31 de dezembro de 2022) como dividendos adicionais propostos.

f) Dividendos Intercalares

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu dividendos intercalares no valor de R\$65.468 (R\$13.363 em 31 de dezembro de 2022).

g) Outros Resultados Abrangentes

São constituídos pelo valor presente do hedge de fluxo de caixa negociados para a proteção de contrato de compra futura do gás natural liquefeito a ser utilizado na operação de geração de energia.

Em setembro de 2023, a reserva de Outros Resultados Abrangentes foi revertida no valor de R\$272.598 para o resultado do exercício, visto o desfazimento da operação de Hedge (R\$207.005 em 31 de dezembro de 2022).

h) Reserva de Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva foi de R\$133.487 e refere-se ao benefício de redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, conforme Laudo Constitutivo nº 0065/2018 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e aprovada pelo Conselho Administrativo.

No decorrer do ano de 2023, houve complemento da reserva de incentivo fiscal, referente ao exercício anterior no valor de R\$ 4.

i) Dividendos Pagos

Os dividendos intercalares pagos nos exercícios de 2023 e 2022 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

2023

	<u>Descrição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Valor</u>
RCA de 13 de janeiro de 2023	Dividendos Propostos	jan/23	36.300
RCA de 31 de março de 2023	Dividendos Propostos	abr/23	3.462
RCA de 14 de abril de 2023	Dividendos Intercalares	abr/23	30.638
RCA de 14 de abril de 2023	Dividendos Intercalares	jul/23	4.377
RCA de 18 de julho de 2023	Dividendos Intercalares	jul/23	27.259
RCA de 19 de outubro de 2023	Dividendos Intercalares	out/23	50.845
			152.881

2022

	<u>Descrição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Valor</u>
AGE de 11 de março de 2021	Redução de capital	jan/22	10.000
RCA de 18 de outubro de 2021	Dividendos Intercalares	jan/22	23.000
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos Intercalares	abr/22	12.050
RCA de 12 de julho de 2022	Dividendos Intercalares	jul/22	6.070
RCA de 12 de julho de 2022	Dividendos Propostos	jul/22	12.430
RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos Intercalares	out/22	25.000
			88.550

19 RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilização Energia de Reserva - PCS (a)	570.871	254.906
Disponibilização de Energia (Receita Fixa)	110.074	103.669
Comercialização de Energia (Receita Variável) (b)	-	172.374
Outras Receitas	2.308	18.319
Suprimento de Energia Elétrica	<u>(368)</u>	<u>(161)</u>
	682.885	549.107
Impostos sobre serviços	(63.664)	(50.306)
Encargos do consumidor	<u>(7.169)</u>	<u>(5.655)</u>
	<u>(70.833)</u>	<u>(55.961)</u>
	<u>612.052</u>	<u>493.146</u>

- (a) Refere-se à receita gerada no contrato de Procedimento Competitivo Simplificado (PCS). A operação foi iniciada em 20 de julho de 2022.
- (b) Com a estabilidade da geração hídrica no mercado nacional no ano de 2023, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) não comandou despachos (comandos) para entrada em operação da Usina Termelétrica Luiz Oscar Rodrigues de Melo (UTE LORM), projeto da Linhares Geração S/A.

20 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de Gás (a)	(227.483)	(405.558)
Resultado com derivativo - Hedge (b)	28.164	169.177
Pessoal	(24.144)	(17.183)
Materiais	(5.870)	(13.090)
Serviços de Terceiros	(28.716)	(25.333)
Aluguéis	(324)	(153)
Tributos	(604)	(935)
Depreciação	(22.411)	(17.134)
Amortização	(681)	(8)
Provisão	<u>(184)</u>	<u>(41)</u>
	<u>(282.253)</u>	<u>(310.258)</u>

- (a) Em 2023, pelo efeito da redução dos despachos do Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) no atendimento ao contrato CCEAR, o consumo de gás natural liquefeito, destinado à atividade, foi reduzido consideravelmente.
- (b) Refere-se ao resultado com as operações de hedge para amenizar o efeito das variações das cotações do JKM (valor do gás natural liquefeito no mercado mundial). A operação de Hedge foi realizada até 26 de setembro de 2023, quando ocorreu o desfazimento de toda a operação.

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Multas contratuais e regulatórias (a)	-	(50.415)
Pessoal	(5.614)	(4.394)
Materiais	(203)	(167)
Serviços de Terceiros	(4.038)	(2.627)
Aluguéis	(53)	(271)
Depreciação	(264)	(69)
Amortização	(2)	-
	<u>(10.174)</u>	<u>(57.943)</u>

(a) Liquidação de multa contratual pela CCEE, no valor de R\$ 45.152 e multa editalícia (regulatória) pela ANEEL no valor de R\$ 5.263, em razão do descumprimento do cronograma de implantação do projeto para atendimento ao Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

22 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros de Debêntures	(19.303)	(15.070)
Atualização Monetária de Debêntures	(13.166)	(6.718)
Atualização Monetária Empréstimo	(4.434)	(4.822)
Comissão sobre Fiança	(287)	(119)
Comissão sobre SWAP	(142)	(142)
Marcação a Mercado de Hedge	(1.622)	(1.734)
Outras	(5.363)	(3.129)
	<u>(44.317)</u>	<u>(31.734)</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimento de Aplicação	9.629	14.617
Marcação a Mercado (MTM) de Hedge	1.672	2.481
	<u>11.301</u>	<u>17.098</u>
Resultado Financeiro	<u>(33.016)</u>	<u>(14.636)</u>

23 HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

No exercício de 2023, o total pago referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia foi de R\$ 2.220 (R\$ 1.807, em 31 de dezembro de 2022).

24 CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Provável

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía as seguintes causas com classificação de provável:

- a) Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado o valor de R\$ 6.225 (R\$ 5.993, em 31 de dezembro de 2022).
- b) Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2023, a ação foi anulada com retorno aos autos para a primeira instância. A Companhia considera que, para este novo processo, o valor provável é de R\$ 177, que está em depósito judicial.
- c) Ação trabalhista interposta em 26 de julho de 2023, movida por ex-empregado da LGSA, contém pedidos de indenização por danos morais, estéticos e materiais em razão de acidente de trabalho, reponsabilidade solidária e honorários advocatícios, o valor considerado como provável no valor de R\$ 9 (condenação sentença).

Possível

- a) Alteração da forma de cálculo da indisponibilidade com a publicação da Resolução ANEEL nº 614/2014 que substituiu a Resolução ANEEL nº 169/2005, e que calcula o tempo de indisponibilidade da Usina com base horária gerando um possível passivo a ser apurado pela CCEE no valor de aproximadamente R\$ 71.041 (R\$ 67.862 em 2022). A companhia possui Ação ordinária contestando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo pedido de antecipação de tutela deferido mantém a forma de cálculo conforme Resolução ANEEL nº 169/2005, onde a indisponibilidade deverá ser considerada com base na média dos valores mensais apurados, relativos aos 60 meses imediatamente anteriores.

- b) Ação trabalhista, proposta em 27 de outubro de 2022, com pedido de indenização por danos morais, em razão de alegação por doença ocupacional ao Reclamante, exclusivamente pelo labor para a reclamada. O valor atribuído à causa foi de R\$ 50.

25 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros era composta de:

Risco	Vigência	Importância segurada
Seguro Diretores e Executivos - D&O	08/05/2023 a 08/05/2024	R\$ 25.000
Seguro Responsabilidade Civil Geral	30/06/2023 a 30/06/2024	R\$ 6.000
Riscos Ambientais	06/09/2023 a 06/09/2024	R\$ 20.000
Riscos Operacionais	30/06/2023 a 30/06/2024	USD 102.055
